

A DISPUTA SIMBÓLICA PELO TERRITÓRIO: MST, SEUS DEFENSORES E ADVERSÁRIOS.

Da Silva, Elias Coimbra¹; Barbosa, Túlio²

1 - Universidade Federal da Grande Dourados. 2 - Universidade Estadual Paulista - UNESP.

RESUMO

O presente artigo foi escrito para a participação dos autores no 12.º EGAL. Ele está dividido em quatro títulos, sendo que o primeiro, uma introdução, faz as primeiras considerações sobre o conteúdo que será por nós exposto.

O segundo título tem por objetivo confrontar as opiniões que pesam contra e a favor do “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, uma vez que a importância de sua existência tem ensejado manifestações de diversos autores, em diversas ciências. Por haverem debatido abertamente, escolhemos Navarro e Carvalho, entre tantos outros possíveis autores que se distanciam ou se aproximam, respectivamente, do mesmo Movimento.

No terceiro título, propomos uma avaliação desses conflitos de idéias e apontamos para a importância que as mesmas têm para o desenrolar dos próprios conflitos fundiários, posto que as idéias, de um modo geral, servem para situar as pessoas em relação à realidade social, dando a esta coerência ou demonstrando, em situações de conflito, sua incoerência. Por outro lado, acentuamos que não se produz um embate entre frações da sociedade, apenas no campo das idéias, por mais importantes que elas se mostrem. Nesse caso, o MST tem uma capacidade ímpar de concretizar seu discurso com um prática, senão revolucionário, ao menos não apática.

No último título, reafirmamos os argumentos até então arrolados e definimos nossa posição ante a realidade dos conflitos fundiários no Brasil, que são conflitos de classes e não meramente conflitos de programa reformista.

ABSTRACT

The present article was written for the participation of the authors in 12.º EGAL. It is divided in four headings. The first one, an introduction, gets the first considerations on the content that will be displayed for us.

The second heading becomes a confront of the opinions that exist against and the ones that they exist in favor of the “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, in as much as the importance of its existence it has proportionate manifestations of diverse authors, in diverse sciences. For having debated openly, we choose Navarro and Carvalho, between as much other possible authors which goes against or goes of meeting, respectively, of the same movement.

In the third heading, we consider an evaluation of these conflicts of ideas and point with respect to the importance that the same ones have to the resolution of the proper agrarian conflicts, in as much as generally, the ideas serve to point out the people in relation to the social reality, giving to this, coherence or demonstrating, in conflict situations, its incoherence. On the other hand, we accent that it is not being occurred a shock between fractions of the society, only in the field of the ideas, for more important that they reveal. In this in case that, the MST has an uneven capacity to materialize its discourse with one practical one, despite it is not revolutionary, it is not weak.

In the last heading, we reaffirm the considered arguments until then and ahead define our position of the reality of the agrarian conflicts in Brazil, that are conflicts of social class and not merely conflicts of reformist program.

PALAVRAS-CHAVE: Território, Utopia, Disputa Simbólica, Discurso e Ação.

KEY-WORDS: Territory, Utopia, Symbolic Dispute, Discourse, Action.

OBJETIVOS

Pretende-se com este trabalho contribuir com a produção simbólica que envolve essa que é uma disputa simbólica. Isso se efetivará através da análise crítica dos argumentos contidos nos textos de Navarro e Carvalho, os quais nos parecem permeados de muitas imprecisões. Essa contribuição, por outro lado, surge a medida em que percebe-se a legitimidade e mesmo a necessidade da existência do MST – coisa que ressaltamos no terceiro título do artigo.

Além da contribuição à produção simbólica, pretendemos esclarecer um ponto muito significativo na definição de um movimento social que se poderia considerar uma utopia, pelos seus partidários, ou se considerar um engodo, pelos seus adversários. A verdade é muito mais complexa, pois no confronto com suas condições objetivas é que se produz um movimento social. Entretanto, é importante acentuar, o MST possui um caráter um pouco diferenciado de outros movimentos sociais meramente pontuais, pois tem um programa muito bem definido e uma estrutura que lhe garante uma coesão ímpar.

MÉTODOS E TÉCNICAS

Procuramos produzir um texto em que a crítica fosse mais importante que a apologia, portanto, numa linha mais filosófica. Nos aproximamos, por outro lado, do Materialismo Histórico, posto que as determinações do Modo de Produção e da Formação Social nos parecem a chave para explicar a realidade.

Quanto às técnicas, nos atemos apenas a realizar leituras e discussões para, em seguida, redigir o presente texto.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES CIENTÍFICAS

Nossa expectativa não se distanciou, rigorosamente, daquela advogada pelos próprios porta-vozes do MST, como Carvalho, ou seja, nossa expectativa é otimista em relação ao futuro do movimento. Mas não fomos ingênuos o bastante para crer que uma revolução, nos moldes clássicos, ou seja, uma completa modificação do atual Modo de Produção através de circunstâncias objetivas, e a partir da Consciência de Classe, vá se produzir.

Talvez, por outro lado, ocorram pequenas revoluções, onde, em vários pontos do mundo, movimentos sociais, cada qual de uma forma ímpar, possam operar, simultaneamente. Também não dá para afirmar se essas ações poderiam se combinar numa ação internacional revolucionária. Assim, uma ação internacional exigiria a adesão de uma

parcela considerável da classe trabalhadora; parcela essa que, talvez, prefira jogar o jogo que aí está posto e não arriscar “perder seus grilhões.

Finalmente, entendemos que debates como o exemplificado, entre Navarro e Carvalho, somam-se a essa disputa territorial simbólica, embora, concluímos, que a força de Carvalho poderia se multiplicar, se não partisse de um pressuposto ineficaz, qual seja, a comprovação empírica de suas proposições; sobretudo certas proposições ortodoxas demais. Quando ele parte do pressuposto metafísico de que a Revolução é o fim último da sociedade humana e tenta encaixar o MST nesse pressuposto, comete um equívoco imperdoável pelos adversários do MST – e torna fácil o trabalho deles de desmascarar tal proposição. Seria preferível, por outro lado, que, lançando mão dos fatos concretos que consistem na realidade brasileira e na história do MST, ele mostrasse o quão esse movimento é “revolucionário” e o quanto ele pode marcar o rumo da história contemporânea, mesmo que não possa mudá-lo. Nesse ponto, o cinismo de seus adversários não resistiria à demonstração de que as utopias são também lugares.

INTRODUÇÃO

A seguir apresentaremos os textos indicados no primeiro parágrafo do “Resumo” deste artigo, textos estes exemplares da disputa retórica que a mídia, a Academia e mesmo a população de um modo geral, têm promovido nos últimos anos, no Brasil.

Alguns dos pontos que julgamos interessantes são apontados, a partir dos textos dos autores – sem desconsiderar outros tantos – e, ao mesmo tempo, criticados por nós, posto que a intenção não é defender a gregos ou a troianos, mas buscar um certo distanciamento na leitura de ambos. Isso porque, este artigo visa, justamente, apontar para um fato muito interessante e que não pode ser separado das disputas concretas, travadas no espaço rural brasileiro, qual seja, a disputa entre discursos com o afã de legitimar ou não a posição dos agentes envolvidos nas mesmas disputas concretas.

Portanto, oferecemos uma hipótese, após avaliar os dois discursos antagônicos, segundo a qual podemos entender a existência de um território amplo em que as disputas – no caso específico – por terras, no Brasil, extrapolam o âmbito das “vias de fato”, alcançando um plano imaterial, no qual as palavras são as armas. Conseqüentemente, essas palavras têm por fito “construir” universos simbólicos que servem para legitimar as ações sociais, no sentido de dar-lhes coesão:

“O universo simbólico é concebido como a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais. A sociedade histórica inteira e toda a biografia do indivíduo são vistas como acontecimentos que se passam *dentro* deste universo. O que tem particular importância é que as situações marginais da vida do indivíduo (marginais no sentido de não estarem incluídas na realidade da existência cotidiana na sociedade) são também abrangidas pelo universo simbólico. [...] No interior do universo simbólico estes domínios separados da realidade integram-se em uma totalidade dotada de sentido que os explica e talvez também os justifica [...]”. (BERGER & LUCKMANN, 1974, p. 132).¹

¹ Para Durkheim, inclusive, temos: “Tal como é definida em *De la Division du travail social*, a consciência coletiva é simplesmente ‘o conjunto das crenças dos sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade’. Durkheim esclarece que este conjunto ‘forma um sistema determinado, que tem vida própria’. A consciência coletiva só existe em função dos sentimentos e crenças presentes nas consciências individuais, mas se distingue, pelo menos analiticamente, destas últimas, pois evolui segundo suas próprias leis e não é apenas a expressão ou efeito das consciências individuais.” (ARON, R. *As Estapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 300).

Queremos, com isso, acrescentar uma contribuição da sociologia *stricto sensu* e sociologia do conhecimento, para o arcabouço geográfico de temas – posto que nós, os autores, somos geógrafos – e, principalmente, métodos; considerando válida a assertiva, segundo a qual, as ciências não são províncias estanques, não são “latifúndios”. Coisa que o modelo decimonônico positivista veio a consagrar e o qual está institucionalizado nas academias de todo o mundo.

O CONFLITO DE PALAVRAS

Sabemos que, se houver ciência neutra, esta não é o caso das Ciências Humanas² – talvez a matemática não seja epistemologicamente afetada pela localização social dos matemáticos, mas, com toda certeza, a sociologia, a história, a geografia etc, não possuem essa característica³. Além disso, certos temas parecem estar mais eivados que outros de teor ideológico. Esse é o caso do MST. Os autores, *quicumque*, estejam contra ou a favor, deixam transparecer seu posicionamento. Porém nem sempre o resultado não é trágico (fora do sentido literal dessa palavra), ou seja, pode ocorrer que o autor, como é o exemplo de Horácio Martins de Carvalho (2003), ao invés de avaliar seriamente o tema, faça um discurso panfletário, como se fosse *marketing* – aliás, para usar uma outra palavra inglesa, um discurso *midleg deep*⁴ no objeto visado.

Há uma diferença considerável entre comprometer-se com os valores de um certo objeto de estudo e, simplesmente, mentir acerca das características do mesmo. É a diferença que existe entre a ideologia e a *weltanschauung* (segundo Karl Mannheim, 1968). Assim, se de um lado a *weltanschauung* deste ou daquele autor condiciona suas idéias e, desse modo, cada uma de suas palavras, de forma que qualquer teoria está eticamente “indicada”⁵, ou seja, toda teoria (humano-científica) está “contaminada” *ab origine*. De outro lado, o autor pode, conscientemente, afirmar algo que sabe não ser verdade; ou, em outras palavras, ele pode **mentir**. No primeiro caso temos a ingenuidade e, no segundo, temos a impostura.

Em várias passagens de seu texto, Horácio de Carvalho está, nitidamente, tentando nos enganar – podemos dizê-lo sem medo de sermos injustos, porque o autor sabe que o que diz não é verdade. Por exemplo, e usando um exemplo da tréplica de Zander Navarro, Horácio de Carvalho diz que o MST é antissistêmico, mas não abre mão (o MST) do financiamento e das políticas do governo e, é claro, não abre mão da legalização dos assentamentos. “Se as ocupações de terra (uma arma de luta social eficazmente utilizada pelo MST) realmente aceleram a formação de novos assentamentos, há algum assentamento rural, no Brasil, que não tenha tido sua regularização outorgada pelo estado?” (NAVARRO, 2003b, p 276). Provavelmente, se apontássemos ao autor essa discrepância, ele se sairia muito bem nos dizendo que isso é dialético e que por esse motivo não há contradição alguma.

² Nenhum autor sério, atualmente, defenderia a neutralidade das ciências humanas.

³ Mas será que as ciências exatas estão mesmo livres da “paixões” do sujeito? Basta lembrar o que diz R. Jakobson (**Linguística e Comunicação**. Trad. Isidoro Blinkstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1973. P. 80): “Obviamente, o caráter inseparável do conteúdo objetivo e do sujeito que observa, assinalado por Niels Bohr [que era físico] como uma premissa de todo o conhecimento [...]”.

⁴ Enterrado até o joelho.

⁵ Oscilei, aqui, entre indicada e indiciada, por referência ao conceito de “índice”, de Barthes e Propp (**Introdução à Análise Estrutural da Narrativa**. In: Análise Estrutural da Narrativa. Coleção Novas Perspectivas em Comunicação. Petrópolis: Vozes, 1972.), sendo que indiciada está mais afeta a “indício” e nem tanto a “índice”.

Outra falha de Horácio de Carvalho está na afirmação da revolução do atual modo de produção, através da dinâmica do MST:

“Afirma-se freqüentemente que a luta dos trabalhadores rurais sem terra é contra o latifúndio. Essa assertiva não é incorreta, mas é insuficiente. A expressão latifúndio, consagrada na América Latina, significa a grande propriedade rural improdutiva e, no caso brasileiro, aquele imóvel rural que não cumpre a função social. Excluindo-se o fato de que essa expressão não abrange os variados planos sociais em que se realiza a luta social dos trabalhadores rurais sem terra, hoje muito mais ampla e objetivando a reforma agrária e a mudança no modelo econômico, tem sido pouco acentuado o fato de que os grandes proprietários de terra sempre estiveram integrados ao empresariado urbano, seja ele comercial, industrial ou bancário.” (CARVALHO, 2003, p. 244-245)

Sendo que, o mais próximo que o movimento está disso, dá-se na produção (onde se pode abrir mão do assalariamento); porém a produção é vendida no mesmo mercado capitalista (que o MST tanto odeia). Mas o autor vem nos dizer que é na contestação da propriedade privada que se dá esse fulcro revolucionário. Ora, é claro que ele sabe que há uma diferença fundamental entre propriedade privada (da terra, inclusive) e **propriedade privada dos meios de produção**, sendo que o capitalismo fundamenta-se na segunda (MARX & ENGELS, 1980).

Pois bem, a terra poderia ser considerada como a junção de ambas essas propriedades, uma vez que é, em si, fonte de valor de uso (para os Fisicalistas, aliás, a única fonte). Entretanto, a propriedade da terra não garante, *pari passu*, a propriedade dela enquanto meio de produção (por causa da subsunção formal) e, é claro, ainda que os produtores de um determinado assentamento, nos confins do Terceiro Mundo, tenham seus meios de produção e não assalariem nenhum outro lavrador, isso não significa o fim do Modo de Produção Capitalista.

Mas nem tudo é propaganda no texto de Horácio de Carvalho. Há uma proposição dramaticamente verdadeira em seu texto, qual seja: os trabalhadores sem terra têm a necessidade da luta ao passo que os intelectuais de gabinete que, como Navarro, analisam o MST, podem ter, no máximo, o desejo da luta.

Essa é uma distinção muito importante que Zander Navarro (2003a) não destacou como devia. De um lado estão os homens que lutam e que, fatalmente, realizam o trabalho manual em tempo de paz. De outro lado estão os “almofadinhas” que, ou fazem a apologia da luta sem entender seu real (e doloroso) significado, ou a criticam sistematicamente porque ela não é (sempre) analiticamente adequada – e outras discussões bizantinas. Zander Navarro está mais próximo do segundo grupo, embora suas críticas não sejam totalmente infundadas. São sim, críticas injustas. Por exemplo, quando ele fala da centralização do movimento, acentua os aspectos ruins dessa prática, mas não acentua que sem essa coesão, dificilmente o movimento teria a força e a longevidade que tem. Navarro usa aquele expediente que a tradição consagrou numa sentença muito inteligente, qual seja: “Eu sou persistente, tu és obstinado, ele é um maldito cabeça-dura.”

Noutro momento, nota-se que, perspicazmente, Navarro contextualiza o MST, mostrando como os latifundiários estão perdendo força política nos últimos tempos.

“Embora a reforma agrária e a ‘necessidade de mudar a estrutura de propriedade da terra’ estivessem inscritas na agenda política brasileira há longo tempo e alguns governos, na história do país, adotassem posturas favoráveis à implantação de programas de reforma agrária, o fato é que a multiplicação de assentamentos, em número crescente e sem precedente, nos últimos cinco anos relaciona-se diretamente às pressões realizadas pelo MST (e, em alguns estados, pelo movimento sindical de trabalhadores rurais), sem

deixar de também reconhecer a conjuntura favorável à implantação desta política, em face da fragilização dos grandes proprietários de terras.” (NAVARRO, 2003a, p. 213)

Mas isso é uma verdade só parcialmente, pois, se os tradicionais coronéis latifundiários estão escasseando, o latifúndio, com o advento do agro-negócio, está cada vez mais vigoroso. Desta forma, voltando ao argumento de Navarro, o MST não se estruturou, entre outras coisas, porque o latifúndio arrefeceu (como ele argumenta) e nem porque houve uma redemocratização no Brasil, mas por causas intrínsecas ao próprio MST. É necessário considerar o conceito de Campo (BOURDIEU, 1998), o qual nos mostra que certos processos históricos têm uma dinâmica própria e não são, facilmente, justificados pelo Contexto.

Não acredito que o MST fará a Revolução Comunista (se é que existe tal coisa), mesmo Marx, fora do Manifesto Comunista, não demonstrou que cria numa revolução feita *by hook or by crook*; ele não era iluminista e não parecia acreditar numa inexcrutável liberdade humana, contra toda e qualquer circunstância histórica. Mas – e isso vai além do texto de Navarro e se dirige a outros críticos do MST –, não dá para ficar impávido frente a agravamento da miséria. Se de um lado o MST não vai mudar a modo de produção (como creio), ao menos pode mudar a condição ultra-miserável de muita gente no Brasil e servir de exemplo para outros movimentos, em outras partes do mundo.

O camponês miserável brasileiro (ou de outras partes do mundo) tem a chance de ascender ao proletariado (ressaltando aqui que essa não é nenhuma escala evolutiva, mas a consideração das condições concretas de cada um desses grupos) ou até ao micro-empresário, sendo que o MST pode intermediar essa “pequena revolução”; embora negue essa ação reformista por sua inocuidade. Chegado a tanto, poderíamos falar da questão de gênero (*nunc demum*), que Navarro acentua, esquecendo que esse tema pode ser usado, habilidosamente, contra a coesão do movimento, se estivermos pensando no mero consumo de produtos e serviços de gênero (ou idade, raça etc).

O CAMINHO DA UTOPIA

Agora podemos, considerando esses debates acadêmicos intermináveis, pesar a importância dos mesmos (a partir dos exemplos apontados) para concluir o alcance e a legitimidade deles. Isso, é claro, não poderá extingui-los – creio que nem é este o caso – mas, não seria necessário aproximar o discurso da realidade, para escapar do eterno perigo da demagogia? O que torna ainda menos neutra, a ciência, que já carece tanto dessa qualidade?

Não é uma luta de palavras que se deve travar, no sentido de retóricas contrapondo-se violenta e “poeticamente”; mas pode ser sim uma luta de idéias, ou melhor, de perspectivas, sendo que no conteúdo delas, pode-se considerar, estariam as Representações Sociais⁶. Assim, como no poema de Murilo Mendes:

“O Utopista

Ele acredita que o chão é duro
Que todos os homens estão presos
Que há limites para a poesia
Que não há sorrisos nas crianças
Nem amor nas mulheres
Que só de pão vive o homem

⁶ “Representação Social é definida como elaboração de um objeto social pela comunidade.” (MOSCOVICI, F. *Desenvolvimento Interpessoal*. 8. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. P. 251).

Que não há um outro mundo.”

Não se deveria classificar de ingênua uma perspectiva não capituladora, pois, apesar da dificuldade, não é óbvio que o atual Modo de Produção é insuperável. Por outro lado, afirmar a perspectiva não precisa passar pela afirmação do plano. O plano, nesse caso, visto como a cosmologia – essa incômoda herança da filosofia clássica com um forte componente monoteísta – não é uma condição *sine qua non* para a radicalidade

“Desde o começo dos anos 90, com a emergência das lutas zapatistas no Chiapas e do Movimento dos Sem-terra no Brasil, dos sem-documento na Europa, dos sem-teto, das lutas de contraculturas, entre tantos, permitem-nos afirmar que as novas formas de luta desenvolvem-se. Ainda que sem modelo, essas ações traduzem uma legitimidade particular daqueles que lutam contra as injustiças, apesar da ausência de modelo ordenador do futuro”. (MARTIN, 2002, p. 30)

Nesse caso, a ação tem mais significado que uma discutível teleologia; ao mesmo tempo que mas eficaz, sobretudo considerando o pendão do marxismo ortodoxo para os discursos, embora, eles mesmos, herança burguesa:

“Talvez haja nessa bem comportada escrita dos revolucionários o sentimento de uma impotência para criar desde já uma escrita. Talvez haja também o fato de que só escritores burgueses podem sentir o comprometimento da escrita: o esfacelamento da linguagem literária foi um fato de consciência, não um fato de revolução.” (BARTHES, 2004, p. 62).

Mas não se trata de uma ação irracional – alguns classificariam de utópica, pejorativamente – e sim fundamentada. Senão vejamos: ao contrário das guerrilhas, o MST não promove assassinatos, intimidações etc, mas “ocupações seguidas de acampamentos; caminhadas, marchas e passeatas; a ocupação de prédios públicos; a reocupação de terras após reintegrações de posse e os acampamentos de beira de estrada.” (MITIDEIRO *apud*: MARTIN, 2002, p.24). Ou seja, seu objeto não é o poder que a violência (vias de fato) carrega⁷, mas a própria posse do espaço; por isso dizer-se que o MST é sócio-territorial. Não ignorando, claro, que a posse do espaço acarreta, também, poder sobre ele.

O território em disputa, como exposto anteriormente, é mais que fisicamente delimitável: há um forte componente discursivo em sua “composição orgânica”. Como não poderia deixar de ser, a classe dominante constrói sua superestrutura com idéias (MARX, K. & ENGELS, 1980) e, só a medida em que essa representação é adotada pela classe trabalhadora – constitua ela o *lumpenproletariat*, o operário fabril, o pequeno funcionário público e todos aqueles que, na realidade não se beneficiam com o *status quo* – ela pode se sustentar enquanto ideologia.

Mas, naturalmente, a materialidade do território não deve passar despercebida, de forma que, embora o MST, ao contrário das FARC, não delimita um território (concreto) de forma mais tradicional, o fato desse movimento estar disperso no Território Nacional, pulverizado – diria-se – o aproxima mais do reticulado que do contíguo:

⁷ Hannah Arendt discordaria de que a violência é portadora de algum poder; considerando-os, inclusive, antagônicos. (SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.81).

“A complexidade dos territórios-rede, articulando, interiormente a um território descontínuo, vários territórios contínuos, recorda a necessidade de se superar uma outra limitação embutida na concepção clássica de território: a *exclusividade* de um poder em relação a um dado território”. (SOUZA, 2003, p. 94).

Voltando agora. Contra a perspectiva ideológica é, portanto, necessária a perspectiva utópica⁸. Mas em que sentido poderíamos falar em uma Perspectiva Utópica? Consideremos, nesse ponto, o que Berger & Luckmann (1974, p. 61) nos dizem: “A linguagem é capaz não somente de construir símbolos altamente abstraídos da experiência diária, mas também de ‘fazer retornar’ estes símbolos, apresentando-os como elementos objetivamente reais da vida cotidiana”. Deste modo, temos uma relação dialógica – muitos utilizam o termo *feedback*, para essa relação – entre linguagem e realidade, mas não a linguagem enquanto cadeia fonética, segundo uma perspectiva da Lingüística, mas sim um sistema semântico. Aqui, o conteúdo das palavras é que devem ser observados.⁹

Por outro lado, o discurso deve estar ancorado na realidade (considerada, óbvio, como passiva de interpretações). Pois um discurso fantasioso não seria capaz (cremos) de construir uma perspectiva utópica, a qual pudesse servir de (possível) mundo a ser alcançado. Neste ponto, o MST tem uma capacidade ímpar de produção discursiva, posto as práticas de que lança mão, na luta pela terra, *pari passu* o cotidiano dos assentamentos. Assim, “[...] é possível manter nele uma boa dinâmica coletiva de mobilização das famílias assentadas. Então induz-se a um desenvolvimento local e o assentamento torna-se um lugar de identificação camponesa.” (MARTIN, 2002, p. 25).

Também, a preservação, no discurso do Movimento, da idéia de família e de religião são pontos fortes e testemunham uma inteligente adaptação do discurso marxista ortodoxo às necessidades particulares da população de que o MST é composto – ou, em termos marxianos, adaptação à Formação Social brasileira. Mais ainda, com esse ideário, junto do relativo pacifismo do MST, face a movimentos que poderíamos classificar como guerrilheiros, ele (MST), não obstante os ataques sofridos da grande mídia, consegue tornar-se um tanto simpático a parcelas significativas da população brasileira; ou pelo menos, não antipático.

Enfim, poderíamos, considerando o poder dos signos discursivos, cuja belíssima citação abaixo ilustra:

“O ponto de vista sustentado pelo filósofo Ernst Cassirer é a esse respeito significativo. Seu exame do simbolismo da linguagem como fator que permite ao homem caminhar para frente eficazmente como um animal construtor de cultura, revela como penetrou o problema da distinção entre o homem como membro de uma série biológica e criador e herdeiro de cultura. “O homem – escreve – vive num universo simbólico. Linguagem, mito, arte e religião, são parte desse universo. Constituem os diversos fios que tecem a rede simbólica, a complica da trama da experiência humana... O homem já não pode enfrentar a realidade diretamente; não pode vê-la, por assim dizer, cara a cara. A realidade física parece retroceder na medida em que avança a atividade

⁸ Ambos os conceitos, ou seja, Ideologia e Utopia, adotados aqui, consoante Karl Mannheim, 1968.

⁹ Há autores que preferem o termo “valores”, como neste caso: “Los movimientos sociales construyen sus representaciones del conflicto en torno a una serie de *valores* éticos que motivan a los individuos a intervenir conjuntamente en la transformación de la realidad. Inspirados por estos valores los individuos elaborarían conjuntamente *marcos de significado* para aprehender el conflicto social en toda su dimensión. Los marcos de significado estarían constituídos por un *diagnóstico* de la realidad social (qué y como acontece, cuáles con las causas, quién es responsable) y una *propuesta* para superar esa realidad [...]” (CALLE, A. Análisis comparado de movimientos sociales: MST, Guatemala y España. In: **Terra Livre**, ano 1, n.1, São Paulo, 1986. P. 37-59).

simbólica do homem. Em lugar de tratar com as próprias coisas, o homem está, em certo sentido, conversando constantemente consigo mesmo. Envolveu-se de tal modo em formas lingüísticas, imagens artísticas, símbolos míticos ou ritos religiosos, que não pode ver nem conhecer nada a não ser pela interposição desse meio artificial. Sua situação é a mesma tanto na esfera teórica quanto na prática. Tampouco nesta vive o homem num mundo de fatos brutos ou de acordo com suas necessidades e desejos imediatos. Vive antes na névoa das emoções imaginárias, entre esperanças e temores, em ilusões e desilusões, em suas fantasias e sonhos. ‘O que perturba e alarma o homem – diz Epicteto – não são as coisas, mas suas opiniões e fantasias sobre elas’”. (HERSKOVITS, 1963, p. 44)

Poderíamos considerar que, para além da disputa por áreas, característica de uma Geopolítica mais tradicional, existe uma outra Geopolítica em que significados são promovidos a conceitos ontológicos pelo simples fato de acreditarmos em sua existência. Como, no exemplo mais notório, em que Deus (que é um Fato Social) adquire existência pelo simples fato de que uma quantidade unânime de pessoas acredita que ele exista, o MST, em suas práticas e suas palavras pode colocar em xeque a afirmação de que a Utopia é uma falácia simplesmente porque não existe; ou porque é improvável.

Importante, nesse caso, é a produção do território “alternativo” que o MST promove, mesmo que para além das considerações mais “sérias” de sua possível efemeridade. No final das contas, é para isso que o MST está posto, ou seja, para denunciar e contrapor a afirmativa estúpida de Francis Fukuyama (**O fim da História e o último homem**. São Paulo: Rocco, 1992), segundo o qual, chegamos ao Fim da História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar. Nossa expectativa não se distancia, rigorosamente, daquela advogada pelos próprios porta-vozes do MST, ou seja, nossa expectativa é otimista em relação ao futuro do movimento. Mas não somos ingênuos o bastante para crer que uma revolução, nos moldes clássicos, ou seja, uma completa modificação do atual Modo de Produção através de circunstâncias objetivas, junto com a malfadada Consciência de Classe, vá se produzir. Nas palavras de Lukács (1960, p. 46):

“O proletariado não se pode libertar como classe a não ser suprimindo a sociedade de classes em geral, que sua consciência, a última consciência de classe na história da humanidade, deve coincidir dum lado com a revelação da essência da sociedade e, de outro, tornar-se uma unidade da teoria e da práxis.”

Talvez, por outro lado, ocorram pequenas revoluções, onde, em vários pontos do mundo, movimentos sociais, cada qual de uma forma ímpar, possam operar, simultaneamente. Também não dá para afirmar se essas ações poderiam se combinar numa ação internacional revolucionária, pois, consoante Bourdieu (1998), devemos ter em mente a noção de jogo, para explicar a sociedade, e não de controle, onde a classe dominante funciona como um titeriteiro da classe dominada. Assim, uma ação internacional exigiria a adesão de uma parcela considerável da classe trabalhadora; parcela essa que, talvez, prefira jogar o jogo que aí está posto e não arriscar “perder seus grilhões”.

Por isso nos referimos a uma expectativa e não a certezas. A nossa única certeza se reduz à necessidade da ação contra os debates intermináveis sobre a essência da Revolução, ou, em outras palavras, o que o MST está fazendo está correto,

independentemente do resultado, por compreendermos que a história não é feita de conceitos, mas de fatos que, posteriormente o historiador reduz a algum conceito – por causa da metafísica do sentido (DERRIDA, 1971).

Sendo que, como já dito, a ação é orientada pelo discurso como explicação do mundo (explicação do espetáculo, ou seja, a *theoréin* grega), pois a ação quedaria sem sentido, se não houver uma legitimação para tal. Mas, como também chamamos a atenção, não se trata de um discurso demagógico, como Carvalho vem a exemplificar, o discurso, nesse caso, pode ser as biografias dos integrantes do movimento, a mística, discursos estéticos etc. Tudo isso, com uma devida veiculação (órgão de divulgação) pode criar a superestrutura necessária para a manutenção da coesão do movimento, pois o fundamental é a conquista desse território simbólico, a partir do qual os grupos humanos constroem o território concreto, como se, de um projeto arquitetônico, o engenheiro construísse uma casa.

Assim, debates como o exemplificado, ou seja, entre Navarro e Carvalho, somam-se a essa disputa territorial simbólica, embora, concluímos, o força de Carvalho poderia se multiplicar, se não partisse de um pressuposto ineficaz, qual seja, a comprovação empírica de suas proposições; sobretudo certas proposições ortodoxas demais. Quando ele parte do pressuposto metafísico de que a Revolução é o fim último da sociedade humana e tenta encaixar o MST nesse pressuposto, comete um equívoco imperdoável pelos adversários do MST – e torna fácil o trabalho deles de desmascarar tal proposição. Seria preferível, por outro lado, que, lançando mão dos fatos concretos que consistem na realidade brasileira e na história do MST, ele mostrasse o quão esse movimento é “revolucionário” e o quanto ele pode marcar o rumo da história contemporânea, mesmo que não possa mudá-lo. Nesse ponto, o cinismo de seus adversários não resistiria à demonstração de que as utopias são também lugares.

Nossa tarefa, enquanto pesquisadores, também é de posicionamento, ou talvez, não “também”, mas sobretudo de posicionamento. Os intelectuais envolvidos com a Escola de Frankfurt já há muito definiram qual a vocação das Ciências Humanas e, no caso da Geografia, a qual oscila muito entre modelos matemáticos e explicações compreensivas, essa definição se mostra hiperbólica. De forma que, nas palavras de Habermas (1980, p. 91-92), admite-se – segundo esse viés “exato”, da geografia – que, na “verdadeira ciência”, toda concessão ao sujeito é um erro:

“Para ele” [Iluminismo] “, o fundamento do mito desde sempre estivera no antropomorfismo, na projeção do subjetivo sobre a natureza. O sobrenatural, os espíritos e os demônios seriam imagens nas quais se espelham os homens que se deixam atemorizar pelo natural. Segundo o iluminismo, as múltiplas figuras míticas podem ser, todas elas, remetidas a um mesmo denominador comum, elas se reduzem ao sujeito. A resposta de Édipo ao enigma da esfinge, ‘É o homem’, é indiferenciadamente repetida como uma saída estereotipada, pouco importando que se tenha diante dos olhos um fragmento de sentido objetivo, os contornos de uma ordem, a angústia perante as potências do mal ou a esperança de salvação. O que o iluminismo reconhece de antemão como ser e como acontecer é o que pode ser abrangido pela unidade; seu ideal é o sistema, do qual tudo segue. Nesse ponto, suas versões racionalista e empirista não divergem.”

É nossa tarefa demonstrar, inclusive, essa falácia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, R. **O Grau Zero da Escrita**. Trad. de Mário Laranjeira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1974.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- CARVALHO, H. M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DERRIDA, J. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: **A Escritura e a Diferença**. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. Coleção Debates n.º 49. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- HABERMAS, J. Técnica e ciência enquanto ideologia. In: **Textos Escolhidos de Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Jürgen Habermas**. Trad. Željko Loparić e Andréa Maria Altino de Campos Loparić. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- HERSKOVITS, M. J. **Antropologia Cultural: Man and his works**. Trad. Maria José de Carvalho e Hélio Bichels. São Paulo: Mestre Jou, 1963.
- LUKÁCS, G. A consciência de classe. Trad. Dirceu Lindoso. In: *Histoire et Conscience de Classe*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1960.
- MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARTIN, J. Y. Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. In: **Terra Livre**, ano 1, n.1, São Paulo, 1986. P. 37-59.
- MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. 2. Ed. Lisboa: Presença, 1980.
- NAVARRO, Z. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- NAVARRO, Z. O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho). In: SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SOUZA, M. L. J. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: Conceitos e Temas** / Organizadores: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L. – 6 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.